

**HABEAS CORPUS Nº 570.026 - SC (2020/0077946-1)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : ROSIMEIRE DA SILVA MEIRA**  
**ADVOGADO : ROSIMEIRE DA SILVA MEIRA - SC026835**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : EDUARDO MARTINS DA ROZA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de EDUARDO MARTINS DA ROZA contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do HC n.º 5006807-10.2020.8.24.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Depreende-se dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, no dia 31/07/2019, denunciado e condenado como incurso nas sanções do art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 e, em consequência, aplicar-lhe a pena de 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, a ser cumprida no regime inicialmente semiaberto, além do pagamento de 417 (quatrocentos e dezessete) dias-multa, cada qual no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente na época dos fatos.

Narra a denúncia que o Paciente e corréu, "*traziam consigo, com apoio recíproco, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, 8 (oito) petecas de cocaína, com massa total de 2,6g (dois gramas e seis decigramas), e 27 (vinte e sete) pedras de crack, com massa total de 4,8g (quatro gramas e oito decigramas) (Henrique Martins da Roza estava na posse de um peteca de cocaína, enquanto o restante do material foi encontrado em poder de Eduardo Martins da Roza)*" (fl. 32).

A Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem,

afirmando que o Paciente faz jus a aguardar o trânsito em julgado da condenação em liberdade.

O Desembargador indeferiu o pedido de liminar (fls. 81-82).

Defende o Impetrante, em suma, a incompatibilidade da prisão preventiva com a fixação de regime semiaberto na sentença.

Aduz, ainda, a que o Réu merece o apelo em liberdade nos termos da Recomendação n.º 62/2020 do Conselho Nacional da Justiça, que trata da adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, pois "*o crime supostamente praticado pelo paciente não foi cometido com gravidade e nem grave ameaça, ademais, é mister salientar que se trata de réu primário, conforme fora reconhecido na própria sentença condenatória*" (fl. 13).

Busca, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou a concessão de liberdade provisória ao Paciente.

É o relatório. Decido.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da

tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese em apreço, não constato excepcionalidade que possa ensejar a superação da vedação sumular acima referida, uma vez que esta Corte Superior tem entendido que não há incompatibilidade entre a fixação do regime inicial semiaberto e a negativa do direito ao recurso em liberdade, quando o réu permaneceu preso durante todo o curso do processo e o édito condenatório justifica a manutenção da prisão cautelar.

A propósito:

*"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. SEGREGAÇÃO CAUTELAR FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE SOCIAL. RÉU QUE RESPONDEU PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. ALEGADA NULIDADE DAS PROVAS. TEMA NÃO ENFRENTADO NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO PARA ADEQUAR A PRISÃO PROVISÓRIA AO REGIME SEMIABERTO IMPOSTO PELO JUÍZO SENTENCIANTE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Não há o que se falar em constrangimento ilegal quando a custódia cautelar está devidamente justificada na garantia da ordem pública, vulnerada diante da gravidade concreta dos delitos praticados.*

*2. Caso em que o flagrante foi realizado após denúncia anônima seguida de monitoramento policial, que culminou na captura do paciente e demais corréus, trazendo consigo e mantendo em depósito substâncias entorpecentes.*

*3. A natureza extremamente nociva da cocaína - droga de alto poder viciante e alucinógeno - e as demais circunstâncias do flagrante, são fatores que indicam a habitualidade do agente com a narcotraficância, autorizando a preventiva.*

*4. A orientação pacificada nesta Corte Superior é no sentido de*

*que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a persecução criminal, se presentes os motivos para a preventiva.*

*5. Não é razoável manter o réu constricto durante o desenrolar da ação penal, diante da persistência dos motivos que ensejaram a prisão preventiva, e, por fim, libertá-lo apenas porque foi agraciado com regime de execução diverso do fechado, permitindo-lhe que, solto, ou mediante algumas condições, aguarde o trânsito em julgado da condenação.*

*6. Necessário, contudo, adequar a segregação ao modo de execução intermediário, aplicado na sentença, sob pena de estar-se impondo ao condenado modo mais gravoso tão somente pelo fato de ter optado pela interposição de apelo.*

*7. Tendo sido proferida em consonância com o entendimento jurisprudencial adotado neste Sodalício deve ser mantida a decisão impugnada, pelos seus próprios fundamentos.*

*8. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 489.165/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 23/04/2019.)*

**"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE APELAR EM LIBERDADE. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA. LIMINAR CASSADA, POIS A CUSTÓDIA ESTÁ COMPATIBILIZADA COM O REGIME SEMIABERTO.**

*1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.*

*2. O Juiz sentenciante, nos termos do art. 387, § 2º, do CPP, manteve a prisão preventiva para garantir a ordem pública, ante a periculosidade do paciente, evidenciada por seu comportamento, pois o réu cometeu novo crime de tráfico de entorpecentes no curso de medida cautelar do art. 319 do CPP fixada em outro processo, no qual responde por idêntica conduta, o que justifica o receio de reiteração delitiva.*

*3. A prisão preventiva está compatibilizada com o regime inicial semiaberto de cumprimento da pena e não se verifica, em análise superficial, grande chance de êxito da apelação criminal em processamento.*

*4. Ordem denegada. Liminar cassada, pois a custódia já está compatibilizada com o regime inicial semiaberto." (HC 458.899/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 01/10/2018.)*

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS**

CORPUS. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. ART. 273, §§1º E 1º-B DO CÓDIGO PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO. FIXAÇÃO DE REGIME SEMIABERTO. QUESTÃO SUPERADA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

1. Apresentada fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva, consistente na referência às circunstâncias do crime, haja vista a apreensão de grande quantidade de substância anabolizante, tanto na residência, quanto em estabelecimento comercial com capacidade relevante de distribuição, inclusive outras substâncias que aparentam ser droga sintética (ecstasy), além da reiteração delitiva indicada através desses fatores, a forma como eram acondicionados as substâncias e o fato do recorrente ser conhecido na região como comerciante desses produtos de origem ilícita, não há que se falar em ilegalidade a justificar a concessão da ordem de habeas corpus.

2. No que se refere à manutenção da prisão preventiva diante da fixação de regime semiaberto, não se visualiza a ilegalidade suscitada, haja vista que, após a sentença, houve determinação para que o recorrente fosse transferido para estabelecimento penal compatível com o regime fixado na sentença.

3. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 86.437/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 04/10/2017.)

Destaco, ainda, que o Juízo competente para análise da possibilidade de substituir a prisão preventiva visando a preservar a saúde do preso (diante do alastramento do novo coronavírus) é o responsável pela expedição do mandado de prisão.

No caso, ao que se tem dos autos, o pleito não foi apreciado pelo Juízo competente, nem sequer foi comprovada a situação de risco à saúde da Paciente, tampouco demonstradas as condições do estabelecimento prisional. Ressalto que é imprescindível a apreciação do risco caso a caso, e não foi evidenciado que essas circunstâncias foram analisadas pela jurisdição ordinária.

Assim, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora